

# As relações externas na dinâmica política e económica nacional nos anos 80

## 1. O SISTEMA DE RELAÇÕES EXTERNAS E AS PERCEPÇÕES DA SEGURANÇA NACIONAL

Sem pretendermos afirmar que a política dos Estados é exclusivamente determinada pela sua geografia, a história portuguesa anterior a 1974 não deixa de traduzir a influência decisiva do factor geográfico no sistema de articulações externas e de alianças do Estado português no espaço internacional. Aparentemente, é surpreendente a continuidade, diríamos mesmo a persistência, com que o País tece a sua teia de relações internacionais e o relativo sucesso dessa acção que permite manter, ao longo de séculos, não só a independência nacional, mas também um espaço imperial, tanto mais vasto quanto são comparativamente escassos os recursos demográficos e económicos portugueses. Tal provavelmente não teria sido possível na ausência duma política deliberada que aproveitou até ao limite máximo das suas possibilidades as vantagens da posição atlântica do território, na charneira entre o Atlântico Sul e Norte e entre este e o Mediterrâneo.

O problema primeiro para qualquer Estado é assegurar a sua segurança externa, nomeadamente a inviolabilidade das suas fronteiras. Este problema, que na Europa contemporânea, a ocidente, sublinhe-se, parece ter deixado de constituir uma preocupação determinante na exacta medida em que os sistemas de garantias colectivas e a Aliança Atlântica asseguram os actuais limites territoriais, foi historicamente decisivo no que respeita à acção estatal. A existência duma forte identidade nacional não foi obstáculo aos atropelos à soberania das potências mais fracas, ou mesmo ao seu desaparecimento enquanto Estados independentes, cada vez que a violência armada do mais forte se impunha sem obstáculos. O exemplo polaco ilustra melhor que outros esta afirmação.

No caso português, *a priori*, as condições capazes de viabilizar um Estado soberano eram seguramente desfavoráveis. Num contexto exclusivamente ibérico, tal parece evidente, pelo menos a partir do momento em que a unificação da Península se torna uma realidade. Nesta coexistem dois Estados, Portugal e Espanha, mas não existem somente duas nacionalidades, dado que a Espanha é uma entidade multinacional. O desequilíbrio fundamental que existe na Península, desde o século xv diríamos, é o da existência de duas entidades estatais de natureza diferenciada, uma das quais assenta sobre a legitimidade nacional — Portugal — e a outra — a Espanha — cuja legitimidade é imperial. Os Catalães ou os Bascos, apesar da sua evidente identidade cultural e linguística, nunca conseguiram, não obstante revoltas sucessivas, criar um Estado independente.

---

\* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

O que não deixa de ser aparentemente paradoxal é a capacidade portuguesa de viabilizar um Estado nacional, nomeadamente a partir do momento em que os mecanismos de sucessão dinástica colocaram no trono português um monarca espanhol. A desproporção dos «volumes» em presença é com efeito considerável. Os recursos territoriais, humanos, económicos, militares, do Império Espanhol não sofrem comparação com os recursos portugueses; a vontade do Estado espanhol de unificar a Península, integrando no seu espaço a sua fachada atlântica, também não sofre contestação; e não existe qualquer obstáculo de natureza física que seja um dissuasor eficaz de agressões militares visando a unificação.

Historicamente, a explicação da permanência dum Estado português tem de ser encontrada fora do contexto peninsular e, em primeiro lugar, numa vontade esclarecida de independência que soube capitalizar, no plano das articulações externas, as potencialidades da posição geográfica do País. Na medida em que os factores condicionantes se mantiveram estáveis no tempo, também os eixos fundamentais da acção externa portuguesa mantiveram uma notável constância, adaptando-se com sucesso às flutuações e modificações da situação europeia ao longo do tempo.

Quais são então as principais direcções à volta das quais se estrutura a acção externa?

Em primeiro lugar, uma política europeia baseada na *Aliança Inglesa*;  
Em segundo lugar, a *expansão no Atlântico Sul*, Brasil e África;  
Em terceiro lugar, uma política de *desconexão em relação à Espanha*, minimizando as consequências da contiguidade territorial e promovendo a insularização do País.

A vulnerabilidade do território continental dá origem a uma percepção «arquipelágica» da sua segurança externa. Isto é, o sistema de articulações atlânticas — Inglaterra, Atlântico Sul — são o garante da segurança das fronteiras e dos portos do continente. A própria realidade nacional passa então a ser percebida desta forma, sistema de «ilhas» atlânticas cuja intercomunicabilidade é assegurada, em última análise, pela potência marítima dominante.

A Aliança Inglesa resulta assim duma clara convergência de interesses. A Inglaterra do século XVII é uma potência marítima em ascensão, cuja situação insular torna imune às pressões militares da potência continental dominante na época, a Espanha. A divisão política da Península é pois do seu interesse, enfraquecendo a Espanha e retirando-lhe o acesso aos seus melhores portos, com a contrapartida suplementar de os portos e ilhas portugueses passarem a ser pontos de apoio importantes para o controlo britânico dos acessos ao Mediterrâneo e ao Índico. Para Portugal, a Aliança Inglesa é a garante da independência e dos territórios nacionais perante as restantes potências europeias; e ainda da segurança do sistema de comunicações interatlântico. Com flutuações e algumas crises, esta aliança manteve-se inalterável até praticamente aos nossos dias, traduzindo a permanência dos factores de convergência acima referidos.

A Aliança Inglesa foi deste modo a condição necessária da independência nacional, sem nunca ter sido uma condição suficiente. A profundidade estratégica do território nacional foi adquirida graças à expansão no Atlântico Sul, após o relativo fracasso da expansão no Oriente e no Norte de África. Jaime Cortesão sustenta que «A economia do Brasil foi, durante o

período filipino, fonte de regeneração económica e moral da metrópole e, como tal, factor decisivo da restauração, em 1640», acentuando, por um lado, a importância da expansão brasileira para a economia dos portos e do litoral português e, por outro, a influência da ameaça holandesa às posições portuguesas no Brasil na formação da vontade de independência no período anterior a 1640. A expansão no Atlântico Sul viabiliza pois duplamente a existência do Estado Português:

Pela produção e circulação de riqueza, sua base económica:  
Pela profundidade estratégica que confere ao território nacional.

Neste último particular, o comportamento da monarquia portuguesa em caso de conflito traduz fielmente esta percepção da realidade nacional. Quando as fronteiras são ameaçadas e é encarada como possível uma ocupação do território, o Governo e os seus agentes preparam-se de imediato para se deslocarem para o Brasil, assegurando aí a continuidade da sua acção. É o que se planeia em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos, e se concretiza em 1807, durante as Invasões Francesas. Outro não é, aliás, contemporaneamente, o comportamento do Governo Português durante a segunda guerra mundial, quando planeia também a sua transferência para os Açores em caso de invasão do território continental.

Julgamos assim que a Aliança Inglesa e a expansão no Atlântico Sul são os dois pilares sobre os quais assentou não só a existência de um Estado soberano, mas também a capacidade de manobra autónoma desse Estado, evitando-lhe, na Península, a situação de um protectorado mais ou menos disfarçado: e conferindo-lhe também, na relação protector/protegido com a Inglaterra, uma capacidade de negociação própria decorrente do valor estratégico das posições portuguesas no Atlântico.

A capacidade portuguesa de explorar as vantagens da sua geografia permitem-lhe desta forma evitar uma estreita subordinação às suas *contraintes*. A contiguidade geográfica com Espanha pode deixar de ser uma contiguidade económica, política e estratégica. Progressivamente, ao longo dos anos, e tomando como ponto de referência a Restauração, verifica-se uma «insularização» do País. A Espanha representa uma ameaça continental e é igualmente uma rival na América do Sul. O seu peso só pode ser compensado, no plano da expansão ultramarina, pela política de ocupação dos territórios e pela relação privilegiada com a potência marítima dominante: e, no plano europeu, graças ao equilíbrio de forças no continente e à protecção militar inglesa. Nestas condições — territórios ultramarinos, liberdade de circulação marítima, equilíbrio europeu, aliança militar com a potência marítima —, o factor espanhol deixa de pesar na política portuguesa. Quando estes elementos desaparecem, no todo ou em parte, o peso da geografia vem contrariar a ficção «insular».

Historicamente, inúmeros factos apontam neste sentido. O factor espanhol pesa quando o equilíbrio europeu se altera e os sistemas de alianças continentais fazem pender a relação de forças a favor de uma potência continental em detrimento da potência marítima, não só em terra, mas também nos mares. É o que sucede no período napoleónico e também com a ascensão, mais tarde, no continente do poder militar e naval alemão. Ou então quando Portugal perde a sua profundidade atlântica e se continentaliza. O período após a independência do Brasil reflecte essa tendência, a

qual coincide também com uma corrente intelectual defensora do iberismo. Os dois factos não parecem deixar de estar relacionados.

Esta corrente iberista, que se exprime na segunda metade do século XIX, terá, aliás, como contraponto uma forte reacção nacionalista nos finais do século.

Interessa determo-nos um pouco mais na análise do fenómeno nacionalista, na medida em que este será, em larga medida, determinante da história portuguesa contemporânea, que julgamos ininteligível sem o seu impulso. O nacionalismo português contemporâneo é, no entanto, inseparável da crise da relação protector/protegido, crise esta determinada em larga medida pela decadência relativa da hegemonia inglesa no quadro europeu e mundial. Isto é, a reacção nacionalista inscreve-se num contexto de perda progressiva da eficácia da protecção.

A multipolaridade dos finais do século passado torna de facto necessária uma mais clara definição das esferas de influência respectivas, no espaço colonial nomeadamente, para a qual se estabelecem sistemas de alianças flutuantes que determinam em larga medida os resultados da própria partilha. A Inglaterra não só tem de aceitar este processo, como o seu sistema de alianças pode ser, nalguns casos, um empecilho às soluções mais conformes com o seu interesse nacional. A sua tendência, em certas ocasiões pelo menos, é pois no sentido de defender intransigentemente as zonas e objectivos que considera vitais e de fazer concessões às potências continentais nas outras circunstâncias, nomeadamente quando essas concessões são feitas à custa das pequenas potências suas aliadas.

A relação conflitual com Portugal no final do século reflecte esta situação. A diplomacia portuguesa estará sempre desconfiada das reais intenções inglesas, dum possível entendimento com a Alemanha à custa das colónias portuguesas. Isto para não falar no choque directo dos interesses ingleses e portugueses, cujo clímax é o famoso Ultimatum de 1890. No período que antecede a primeira guerra mundial, as dúvidas sobre a solidez da Aliança Inglesa adicionar-se-ão ainda à incerteza sobre a realidade da supremacia naval britânica, contestada pelo Programa Naval Alemão. Não admira pois que um dos traços que marcam o nacionalismo português deste século seja um sentimento «anti-imperialista» difuso, que oscila entre o agressivo e o desconfiado, consoante as situações, que é anti-inglês mais ou menos consoante a credibilidade da protecção inglesa é menor ou maior, mas que também não pode deixar de recear a acção das outras potências mundiais, todas elas susceptíveis de nos substituir em África. A reacção anti-inglesa do final do século vem-se aliás enxertar num sentimento mais antigo, natural nas alianças do forte com o fraco e dirigida em particular contra os privilégios económicos do protector e o seu impacte conservador no sistema político. Mas distingue-se deste, não só pela intensidade, mas também pela racionalização que provoca nas *élites* nacionais.

Esta racionalização desenvolve-se segundo dois eixos, que serão duas componentes importantes da ideologia nacionalista. Em primeiro lugar, a consciência do atraso económico e tecnológico nacional e o sentimento de inferioridade que daí resulta, o qual iremos partilhar com outros países europeus onde fenómenos nacionalistas semelhantes se produzem, em Espanha e Itália por exemplo. A percepção da inferioridade dá origem à ideia de «regeneração» interna, do progresso necessário e da acção para o atingir. Mas também pode conduzir, e esta é a segunda componente, ao seu inverso, ao isolacionismo, à exaltação do passado e à mística dos valores

culturais. Provavelmente, entre estas tendências contraditórias, o ponto de encontro, e porque as condições lhe eram, apesar de tudo, favoráveis, concretiza-se na expansão africana, no mito dos «novos Brasis». Mito persistente no século XIX e que a inexorável partilha da África obriga o País a efectivar mais cedo do que o simples jogo das necessidades internas o exigia.

Com a expansão africana, Portugal readquire profundidade estratégica, tornada agora mais necessária num quadro internacional progressivamente mais instável e incerto, e regressa assim à tradicional percepção da sua segurança dependente dos territórios do Atlântico Sul. Mas a expansão africana permite também conciliar a ideia de progresso com a defesa dos valores tradicionais: o desenvolvimento industrial, o acesso às matérias-primas e a expansão dos mercados com a «missão civilizadora», a transferência da cultura portuguesa para os trópicos e a emigração de portugueses para África. Concilia em suma a acção no espaço internacional e o isolamento na Península e na Europa.

A expansão africana atravessa assim o século inquestionada, mesmo quando há diferenças quanto a métodos e objectivos. O movimento republicano desenvolve-se no quadro da reacção contra o Ultimatum e da defesa da expansão africana. O salazarismo, desde as suas origens até à queda do regime, não é menos intransigente na defesa da colonização. Divergem contudo no acento que colocam nos objectivos da mesma. O objectivo de progresso, de desenvolvimento, é essencial para os republicanos. A «missão civilizadora», a acção clerical, é componente importante do projecto colonial do salazarismo. Mas ambos partilham do mito dos «novos Brasis», da criação dum espaço luso-africano fortemente interpenetrado. E, apesar da presença latente do sentimento «anti-imperialista» em ambos, a percepção das condições internacionais necessárias à presença portuguesa em África é igualmente comum. A Aliança Inglesa continua a ser considerada indispensável. Esta de facto nunca será contestada neste século. Os republicanos participam na primeira guerra mundial ao lado da Inglaterra; e a neutralidade durante a segunda guerra é essencialmente conforme à vontade e interesses da potência marítima.

Parece pois estarmos na presença duma corrente nacionalista que integra dois movimentos diferenciados, um predominantemente liberal e modernista e outro mais autoritário e isolacionista, mas ambos possuindo a mesma percepção da segurança nacional. Talvez porque o primeiro se desenvolve no quadro da Belle Époque e o segundo após o trauma da primeira guerra mundial. A geopolítica do salazarismo traduzirá assim, e impõe voluntaristicamente no contexto dos anos 30, esta percepção, seguindo os três eixos tradicionais da acção externa portuguesa:

A *Aliança Inglesa* evidentemente, cuja função variará consoante as transformações da situação internacional, antes, durante e após a segunda guerra mundial. Antes do conflito, num contexto semelhante ao que antecede a primeira guerra mundial, a eficácia da aliança está condicionada pelas possíveis cedências à Alemanha no espaço colonial e pela situação geral na Península. As suas incertezas traduzem-se nos planos de reorganização das forças armadas portuguesas e nomeadamente no programa de renovação da marinha de guerra. A procura duma maior margem de manobra e de decisão, numa situação de grande incerteza internacional, parece manifesta.

Durante a guerra, a utilidade da aliança será sobretudo marítima, ou seja, a de preservar a possibilidade dum retirada ordenada do Governo em caso de ocupação do território continental e a manutenção da intercomunicabilidade dos diversos territórios sob protecção da marinha britânica. Será contudo no pós-guerra que a eficácia e a utilidade da aliança serão mais duvidosas, acabando por provocar uma alteração profunda no nosso sistema de articulações externas:

O *projecto africano*, cuja prossecução passa a efectuar-se por forma sistemática, seguindo três linhas directrizes:

*Complementaridade económica*, desenvolvendo a produção de matérias-primas em África, recursos com os quais estas podem pagar as importações de produtos portugueses, os quais beneficiam também dum sistema preferencial nesses mercados;

*Aumento da população branca*, agentes do desenvolvimento da produção e garantes do reforço da presença portuguesa;

*Reorganização e expansão do aparelho estatal da colonização*, com a disseminação espacial dos funcionários, coordenados centralmente em Lisboa por um importante aparelho administrativo.

O salazarismo pretenderá criar, por etapas, um «espaço português» economicamente integrado e politicamente unitário. A criação do «espaço português» será assim uma componente fundamental do projecto político do regime, o qual, na sua óptica, o legitima em termos nacionais; e também justifica o seu carácter autoritário, consequência lógica do voluntarismo necessário à execução do projecto. Os seus sucessos iniciais, quando o sistema de relações interestatais entra em crise e em ruptura, nos anos 30 e até 1945, o apoio interno que concita, não escondem contudo a sua fragilidade no contexto do sistema internacional do pós-guerra, que lhe é essencialmente desfavorável.

A «*insularização*» em relação à Espanha encontrará, na situação internacional dos anos 30, 40 e, até certo ponto, dos anos 50 e 60, condições extremamente favoráveis. Isto resulta, no fundamental, da conjugação de dois factos: a vitória de Franco na Guerra Civil e a vitória aliada na segunda guerra mundial. Esta afirmação genérica não pode ignorar, contudo, que é também em certos momentos deste período que o factor espanhol pesa mais perigosamente na situação portuguesa, nomeadamente quando a Espanha passa a ser uma aliada virtual da potência continental dominante. Ao longo de quarenta anos, o relacionamento interibérico passará assim por diversas fases: a da República Espanhola, onde as correntes que preconizam a unificação ibérica são poderosas; a da Guerra Civil, graças à qual a capacidade de manobra portuguesa aumenta, jogando com os diferentes contendores e seus aliados internacionais; a da segunda guerra mundial, quando a ruptura do equilíbrio europeu torna viável uma ameaça directa à soberania nacional; e, finalmente, o pós-guerra, que verá uma Espanha isolada internacionalmente e enfraquecida no contexto peninsular ultrapassar progressivamente essa situação. Evolução que pesará progressivamente no relacionamento interibérico. A política de «insularização» relativa, formalmente consagrada no Pacto Ibérico, deixará nesse momento de ser viável.

Não podemos, no contexto desta comunicação, efectuar uma análise aprofundada das relações externas portuguesas no pós-guerra. Interessa contudo sublinhar alguns aspectos essenciais destas nas suas relações com as percepções da segurança nacional. Neste particular, assistiremos durante um período de quase trinta anos à crescente *décalage* entre as percepções internas da segurança, cristalizadas na concepção «arquipelágica» e imperial da realidade nacional, e as realidades do sistema internacional saído da segunda guerra mundial. As tentativas de adaptação de Portugal ao novo sistema nunca põem assim em causa tal percepção e procuram, pelo contrário, preservá-la no essencial. Essas tentativas visam no fundamental:

- Transferir para a nova potência marítima hegemónica, os EUA, o conjunto de garantias que proporcionava até aí a Aliança Inglesa;
- Preservar esta última, não já no plano global da permanência do sistema imperial, mas tão-só no plano europeu, como alternativa à profunda alteração do equilíbrio europeu provocada pelo processo de integração na Europa.

Esta maior complexidade do sistema de alianças externas, com uma dupla dimensão mundial — EUA — e europeia — Inglaterra —, revelar-se-á contudo de gestão crescentemente difícil e finalmente inadequada à perseguição do objectivo estratégico visado, ou seja, a manutenção do sistema imperial do «espaço português».

No plano da nova aliança com os Estados Unidos, a capacidade negocial portuguesa decorre do valor estratégico das suas posições no Atlântico Norte. Do ponto de vista norte-americano, e ao invés do que sucedia com a Inglaterra, Portugal não pode contudo esperar:

- Ser o aliado exclusivo na Península;
- Obter da aliança americana garantias no que respeita ao sistema imperial português em África, dado que os EUA se recusam desde a segunda guerra mundial a fazê-lo genericamente em relação aos sistemas imperiais forjados pelas potências europeias entre os séculos XIX e XX.

O salazarismo irá beneficiar contudo da situação internacional do pós-guerra para obter das sucessivas administrações norte-americanas garantias e vantagens superiores àquelas que, noutras circunstâncias, os Estados Unidos estariam dispostos a conceder a um sobrevivente dos regimes autoritários nascidos entre as duas guerras. O valor real da Aliança Americana para o Governo Português será assim determinado no essencial por dois vectores:

- A situação global do confronto leste/Oeste — *détente* ou guerra fria; Os cenários militares mais prováveis deste conflito, isto é, a maior ou menor probabilidade de este se situar no plano convencional ou da dissuasão nuclear.

Quando as tensões URSS/EUA são maiores e, por outro lado, a dissuasão nuclear é percebida como pouco eficaz para evitar um ataque convencional do Leste, a posição portuguesa sai reforçada pelo valor estratégico das posições atlânticas, vitais para o reabastecimento da Europa em

homens e material oriundos da América do Norte. A presença portuguesa na NATO não pode ser desligada deste contexto, válido no imediato pós-guerra, quando o *containment* está na ordem do dia, e em parte dos anos 50. Em períodos de *détente*, ou, mesmo quando esta não existe, nas alturas em que a dissuasão nuclear norte-americana é credível, o valor estratégico das posições portuguesas diminui consideravelmente. Será esta, globalmente, a situação prevalecente nos anos 60 e princípio dos anos 70. Durante estes anos, o valor da Aliança Americana será também menor. E isto será tanto mais verdade quanto, na Península e, parcialmente, no Atlântico, os Estados Unidos dispõem desde 1953 duma alternativa em Espanha.

No plano estratégico, a Aliança Americana está assim longe de facultar as garantias dadas pela Inglaterra até à segunda guerra mundial. Quando muito, concede adiamentos, um tempo maior de adaptação às realidades do pós-guerra. Ora, no plano da gestão deste tempo suplementar, a actuação do regime será desastrosa, dado que o utiliza para ganhar tempo, esperando uma transformação da situação internacional que viabilize o projecto do «espaço português».

No plano europeu agora, também a evolução no pós-guerra foi largamente desfavorável a este projecto e ao regime que era o seu suporte. O equilíbrio europeu anterior à guerra, o sistema de conflitos entre nações continentais e a Aliança Inglesa eram suficientes para manter Portugal afastado das flutuações da política europeia, sem no entanto o País deixar de preservar os seus interesses neste espaço, nomeadamente em matéria comercial. A permanência deste sistema após 1945 seria assim o ideal deste ponto de vista. Tal não sucederá, contudo, após 1950, com a progressiva reconciliação franco-alemã, o início do processo de integração e a crescente perda de influência da Inglaterra na cena europeia.

Perante o processo de integração, o seu arranque e o seu sucesso nos anos 50-60, a posição portuguesa de recusa de participar no mesmo só seria sustentável caso se verificassem simultaneamente duas condições:

Que a Inglaterra não participasse no processo:

Que a Espanha se mantivesse igualmente afastada da Comunidade Europeia.

Nos anos 50, o processo de integração ainda é suficientemente incipiente para não exigir opções difíceis. No final da década, contudo, o Tratado de Roma exige a definição duma posição. Esta será tanto mais facilitada quanto a Espanha e a Inglaterra, por razões diferentes, não só não participam da recém-criada Comunidade Económica Europeia, como este último país decide promover uma alternativa, a EFTA, que, facilitando o acesso aos mercados, não exige em troca qualquer contrapartida política. A EFTA permite assim manter na Europa a Aliança Inglesa, que continua a deter um importante valor simbólico junto da opinião pública interna e evita a opção entre os interesses comerciais na Europa e a manutenção do «espaço português».

A EFTA será assim, no plano europeu, a condição necessária da continuação do projecto do «espaço português» em África. Ora, no final dos anos 60, esta alternativa à Comunidade Europeia desaparece com a adesão inglesa. Isto no preciso momento em que a Espanha começa igualmente a ser atraída pela dinâmica da Comunidade, com a qual assina um acordo comercial em 1970.

A crise portuguesa dos anos 70 é assim indissociável da crise do sistema de alianças externas, resultando pois do que chamaríamos uma «dupla orfandade». No *plano estratégico*, a Aliança Inglesa só parcialmente é substituída pela Aliança Americana. E o valor real desta é decrescente no contexto internacional do princípio da década de 70, de tal forma que, no cenário africano, a sua eficácia é, na prática, inexistente. No *plano europeu*, a Aliança Inglesa deixa na mesma altura de funcionar, obrigando a negociações com a Comunidade Europeia, com importantes repercussões negativas na inserção internacional desenvolvida pela economia portuguesa nos anos 60.

Se adicionarmos à crise das alianças externas o início da alteração do equilíbrio peninsular, como resultado dos primeiros passos da Espanha na direcção da Comunidade Europeia, e as dificuldades crescentes do «espaço português», cujas contradições internas se agravam com o fiasco do projecto de «mercado único» no momento em que o desenvolvimento do nacionalismo africano exige respostas que conceptualmente contrariam as ficções ideológicas do projecto do «espaço português», encontraremos os ingredientes duma profunda crise da inserção do País no espaço internacional e das percepções da segurança nacional que se tinham forjado historicamente. Os três eixos tradicionais da acção externa portuguesa deixam assim de ser viáveis no início dos anos 70:

- A *Aliança Inglesa* deixou de existir, deixando um vazio não preenchido pela Aliança Americana;
- A *expansão no Atlântico Sul* está posta em causa, só faltando saber como e quando terminará;
- A insularização em relação a Espanha, na ausência dos dois outros pilares, e perante os avanços da integração europeia e as tendências que internamente se manifestam neste país no sentido duma aproximação à Europa democrática, está igualmente condenada num prazo não muito longínquo.

O projecto europeu em Portugal surge como resposta a uma situação de ruptura da inserção histórica do País no espaço internacional imposta pela evolução da situação internacional e também pelas transformações económicas e sociais induzidas pelo crescimento económico dos anos 60. Não surge como uma modificação da percepção das *élites* económicas, políticas e militares portuguesas acerca da realidade externa e interna em relação à qual têm de adaptar-se. Por outras palavras, as percepções da segurança nacional baseadas na concepção «arquipelágica» da realidade portuguesa sobrevivem largamente no tempo às realidades internacionais que estiveram na sua origem.

As razões deste facto são sem dúvida de capital importância para a compreensão da história portuguesa recente. Sem entrarmos aqui na sua análise, interessa-nos sublinhar, antes de concluirmos este ponto, que a permanente incapacidade revelada pelas *élites* do salazarismo de analisarem as mutações da situação internacional tem importantes consequências no que respeita à forma como é concretizado nos anos 70 o projecto europeu em Portugal. Por um lado, porque a transição para a democracia é feita por uma ruptura revolucionária, e não por uma evolução política. Por outro, porque esta ruptura coloca no centro do sistema de poder, na fase decisiva da transição para a democracia, os quadros militares,

militares que interiorizaram fortemente a concepção «arquipelágica» da segurança nacional. O aparente paradoxo de a ruptura democrática em Portugal não ter significado de imediato uma vontade clara de integração no espaço comunitário deve-se em larga medida ao peso deste factor militar. Ora a permanência do «mito africano» no imaginário dos quadros militares explica a timidez com que é equacionado o futuro das nossas relações com a Europa após 1974. Isto porque, adiantamos nós como hipótese explicativa, os projectos de descolonização que surgem nessa altura, quer seja o projecto «federalista», quer o da «descolonização exemplar», apesar de aparentemente contraditórios, acabam por ter uma inspiração comum: a de manter um espaço de influência no Atlântico Sul, objectivo que pressupõe limitar as nossas relações com a Comunidade Europeia. Só três anos mais tarde a «hipoteca africana» será ultrapassada. Sem que isso signifique que a concepção «arquipelágica» da segurança desapareça automaticamente do imaginário nacional.

## 2. A ESTRATÉGIA EUROPEIA E O SISTEMA POLÍTICO E ECONÓMICO NACIONAL

O projecto de adesão às Comunidades Europeias, após o período de indefinição estratégica dos anos de 1974 a 1976, é desde 1977 o elemento estruturante da nossa acção externa e foi também, no plano interno, um factor importante da estabilidade do regime. Em larga medida, o processo de democratização passou a ser desde aí inseparável da referência ao modelo europeu, entendido este em termos não só de modelo económico e social, mas também de referencial no que respeita à organização do poder político.

É certo que a opção europeia já está presente nos movimentos políticos e sociais que antecedem a ruptura de Abril de 1974. Mas as forças e os projectos que lhe são essencialmente hostis têm a capacidade de bloquear durante quase três anos a plena assunção pelo novo regime da sua vocação europeia. Neste particular, o processo de democratização em Portugal distingue-se dos processos similares em Espanha e na Grécia. Nestes países, a democratização política foi quase imediatamente acompanhada do pedido formal de adesão à CEE, beneficiando, para isso, os governos respectivos de um amplo consenso. O que significa que, em Espanha e na Grécia, a democratização é entendida desde logo como sinónimo de participação nos mecanismos institucionais da Europa organizada. Tal não acontece em Portugal.

O que interessa sublinhar agora é que este atraso de três anos acabará por se reflectir negativamente no próprio ritmo e condições em que irá ser executado o projecto europeu no nosso país. Isto é, as condições externas favoráveis que ainda existiam em 1974 tornar-se-ão progressivamente mais precárias, com a agravante de as condições concretas em que irão decorrer as negociações após 1977 acabarem por ter reflexos no próprio consenso interno, que, parcialmente é certo, tinha sido possível obter em torno da adesão à CEE. Quais as alterações que se produziram no plano europeu e internacional entre 1974 e 1977 e que importa aqui referir?

a) Em primeiro lugar, a profunda alteração na situação peninsular resultante da democratização espanhola. O fim do isolamento político da Espanha vem-lhe permitir capitalizar plenamente no espaço internacional os resultados do desenvolvimento económico verificado durante o franquismo.

A adesão à Europa é pois, para ela, um dos instrumentos susceptíveis de atingir esse objectivo. Mas o modelo europeu é também, mais profundamente, um modelo consensual susceptível de ser assumido por toda a sociedade num quadro democrático em que as tensões internas, internacionalidades nomeadamente, longamente reprimidas, viriam necessariamente à superfície.

A certeza da democratização em Espanha e do seu pedido de adesão às Comunidades vem assim influenciar a atitude portuguesa. Este factor novo, nesta fase, jogará um papel positivo, incentivando um pedido rápido pela parte portuguesa e reforçando o consenso interno a seu respeito. A perspectiva de isolamento, na Península e na Europa, perante uma Espanha integrada nas Comunidades acelera a tomada de consciência em Portugal da necessidade de uma adesão rápida. Subjacente a esta ideia está a aposta numa separação dos *dossiers* português e espanhol, com uma adesão portuguesa mais rápida seguida de uma negociação com a Espanha, já com Portugal membro de pleno direito da CEE. Esta perspectiva, viável em 1974 como se viu com a Grécia, já não o seria em 1977. O tempo que mediará entre os dois pedidos de adesão será demasiado curto para o permitir.

b) Noutro plano, no da situação interna da Comunidade, a percepção dos problemas em 1977 é também já muito diferente da que existia no princípio da década. Os anos 60 tinham sido anos fáceis, mau grado as crises políticas, para o processo de integração económica. A dinâmica do crescimento económico parecia ser susceptível de ultrapassar todas as dificuldades, e nomeadamente tornar fácil a compatibilização da vontade europeia com a defesa dos interesses nacionais. Ora os suportes implícitos do processo de integração económica irão desaparecendo na primeira metade dos anos 70: o sistema de paridades fixas e o sistema monetário que lhe estava associado; a energia barata; o mercado interno em permanente expansão; uma concorrência internacional que, no essencial, se processava entre países com sistemas políticos, económicos e de protecção social semelhantes.

Todas estas condições desaparecem entre 1970 e 1977. O fim das paridades fixas reflectir-se-á nas dificuldades da gestão da PAC e nos efeitos «perversos» das soluções encontradas — os MCM por exemplo; e as valorizações e desvalorizações monetárias têm também reflexos sobre o quadro em que até aí se processava a concorrência internacional. O aumento do custo da energia repercutir-se-á nos preços e nas balanças de pagamentos. As políticas de reequilíbrio diminuirão a expansão do mercado interno; e a necessidade de exportar agudizará a concorrência internacional no momento em que as políticas de industrialização no Terceiro Mundo introduzem novos produtores competitivos na cena internacional.

O que se pensava, em 1974-75, ser uma simples recessão pontual torna-se assim uma situação qualitativamente nova, caracterizada por um crescimento já não forte, mas fraco, intercalado com períodos de estagnação. Nos países europeus, esta situação reflectir-se-á no agravamento das tensões e dificuldades internas nos sectores e regiões mais vulneráveis à crise, num quadro em que a capacidade financeira do Estado na gestão destas dificuldades é decrescente. Paralelamente, as dificuldades internas traduzir-se-ão numa nova percepção dos efeitos positivos da liberdade de trocas. Os países europeus que tinham eliminado as barreiras aduaneiras entre si e reduzido significativamente, através das negociações do GATT em

particular, o nível da sua protecção em relação aos países terceiros terão tendência para travar o movimento conducente à liberdade de circulação de mercadorias ao nível internacional. Nos países europeus, as tendências proteccionistas terão um peso crescente e, mesmo quando não assumidas pelo discurso oficial, acabarão por determinar as práticas dos governos e das instituições comunitárias nas suas relações com terceiros.

Neste contexto, o alargamento passou a ser visto como um factor de agravamento das tensões internas e intracomunitárias, enquanto a maior abertura dos mercados comunitários aos países candidatos antes mesmo da adesão passou a sofrer várias restrições de facto. Para a CEE, atrasar o mais possível a adesão de Portugal e da Espanha passou a ser um objectivo que possibilitava adiar a solução dos problemas internos da Comunidade, de difícil e demorada solução, e que, por outro lado, dava tempo aos sectores e regiões mais afectados pelo futuro alargamento de se prepararem para o enfrentar. Desde 1977, esta atitude dos governos e instituições da CEE foi o factor decisivo no processo negocial. Atitude reforçada pela análise comunitária do primeiro alargamento. Os problemas crescentes da Inglaterra com os seus parceiros do continente, em torno das questões orçamentais especialmente, ou a recusa inglesa em participar no SME, vieram demonstrar que os alargamentos, no contexto da crise, eram operações complicadas, que podiam, dadas as regras de funcionamento das instituições, acabar por bloquear todos os mecanismos de decisão interna e inviabilizar os avanços no processo de integração entre um número mais restrito de países. As ideias de «Europa a duas velocidades» ou de «Europa com geometria variável» exprimem esta preocupação e esta tendência dominantes no final dos anos 70.

A crise europeia actual, no plano das solidariedades económicas, mas também na sua dimensão estratégica — dúvidas sobre a segurança europeia — e tecnológica — atraso em relação aos EUA e Japão —, já é perceptível desde há alguns anos no quadro da pós-*détente*. Analisá-la-emos mais adiante. Mas desde 1977 que se tornou progressivamente mais complexo conciliar a vontade europeia, que existe, e os interesses nacionais. Esta situação manifestar-se-á evidentemente no relacionamento e nas negociações com Portugal e Espanha, sempre associados na perspectiva comunitária.

Mas as dificuldades e problemas da estratégia europeia em Portugal não foram, na nossa perspectiva, um simples resultado dos obstáculos resultantes de jogo de forças interno das Comunidades e das desilusões decorrentes dos sucessivos adiamentos. Parte da explicação tem uma origem interna, isto é, o quadro interno de aplicação da estratégia europeia revelou-se politicamente frágil e economicamente contraditório com o objectivo de integração na Europa. Vejamos mais em pormenor estes dois aspectos.

Quando analisamos a evolução do aparelho produtivo e do quadro institucional no interior do qual operou a economia portuguesa nos últimos dez anos e os confrontamos com as necessidades decorrentes da estratégia de integração na Europa, parece legítimo verificar a crescente incompatibilidade entre a situação interna e o processo de adesão. A Europa tem conhecido nos últimos anos, através dos próprios mecanismos da crise, um processo de transformação rápido do seu aparelho produtivo, acompanhando a profunda mutação tecnológica em curso, habitualmente designada por terceira revolução industrial. Os governos incentivaram estas mutações, mesmo quando elas exigiam sacrifícios sociais, e até ideológicos.

importantes. Observe-se, por exemplo, a política do governo socialista francês após 1982 e a forma como conduziu as reduções de capacidade na indústria siderúrgica e de pessoal na indústria automóvel mais recentemente. Num quadro de economias muito abertas, mesmo em relação a países terceiros, a modernização acelerada e a competitividade internacional das empresas parecem ser hoje condições necessárias para a manutenção dos países europeus nos primeiros lugares da hierarquia económica internacional. As intervenções estatais na economia visam, de uma forma crescente, acelerar a modernização, e não travá-la através da subsidiação por via orçamental de situações não competitivas; e, no contexto das normas que regulam a circulação internacional das mercadorias, as próprias formas de protecção às economias nacionais praticadas pelos Estados europeus assumem uma crescente sofisticação, exigindo aparelhos de intervenção modernos, informados e eficazes.

Se nos reportarmos agora ao que se passou em Portugal, parece relativamente óbvio verificarmos uma blocagem consistente do processo de modernização. Antes de 1974, o País não experimentou dois processos determinantes do «milagre» económico europeu do pós-guerra: a liberalização gradual da economia e a sua abertura à concorrência externa. O salazarismo nunca foi nem liberal nem internacionalista, mas, pelo contrário, a sua filosofia económica sempre foi intervencionista, no limite do estatismo por vezes, e proteccionista. Produto da crise e do nacionalismo económico dos anos 30, os seus traços essenciais mantiveram-se ao longo do período que decorre entre o final da guerra e 1974. As adaptações que faz, a adesão à EFTA por exemplo, fá-las forçado pelas circunstâncias e são simples concessões aos novos tempos que visam preservar o essencial. Existia assim antes de 1974 uma forte tradição proteccionista e intervencionista, com profundas raízes no movimento nacionalista português, e que obviamente não vai desaparecer como por encanto após 1974.

Pareceria, no entanto, lógico, até como reacção ao regime anterior, que o processo de democratização visasse, no plano da economia, assegurar a liberdade económica, complemento do objectivo de abertura ao exterior, eliminando os entraves e os mecanismos burocráticos de intervenção característicos do salazarismo. O processo de democratização em Espanha parece ser, deste ponto de vista, ilustrativo desta tendência das democracias europeias. Em Portugal, ao invés, o fenómeno apresenta-se bastante mais complexo, complexidade esta que resulta da diversidade de projectos e referências ideológicas das forças sociais e políticas que actuam por forma determinante no pós-Abril de 1974. Muito esquematicamente, distinguiremos três correntes, o que não significa, obviamente, que estas sejam totalmente estanques entre si:

- a) A corrente que tem por referência o modelo democrático europeu e que, caso tivesse sido hegemónica, teria promovido desde logo a abertura gradual ao exterior e a liberalização progressiva da economia;
- b) O nacionalismo de «esquerda». Bebendo largamente nas referências tradicionais do nacionalismo português, e nomeadamente no salazarismo, esta corrente retém uma visão voluntarista da acção do Estado, legitimada pela ideologia do desenvolvimento, e perspectiva o progresso económico e social, em termos já não de conciliação, mas sim de luta de classes. É pois antiliberal e proteccionista como o

salazarismo, mas é também «antimonopolista» e «anti-imperialista», o que, na prática, se traduz num pendor mais fortemente estatizante e numa tendência para um isolacionismo tipo «terceiro-mundista».

Parte dos quadros militares, fortemente influenciados pelo salazarismo, convertem-se facilmente a esta ideologia, tanto mais que ela legitima, à semelhança de certos regimes militares ditos «progressistas» do Terceiro Mundo, o papel privilegiado destes como agentes políticos do desenvolvimento económico:

- c) O movimento comunista e os sectores que política e ideologicamente lhe são próximos. No caso do movimento comunista em Portugal, a referência ao modelo e à estratégia soviética permaneceu e permanece muito forte. Ora o modelo soviético é ele também um produto dos anos 30, com numerosos pontos de contacto com os modelos produzidos na mesma época por outros regimes autoritários ou totalitários na Europa. É assim antiliberal e tendencialmente autárquico, legitimando-se pela referência à luta de classes, no plano internacional nomeadamente — internacionalismo proletário, anti-imperialismo. A defesa da estatização da economia e do protecçãoismo, a recusa da abertura ao exterior e, em particular, da adesão à CEE são pontos essenciais do programa comunista, reforçados pela tendência que incentiva à funcionarização da relação salarial, condição da sua influência no movimento operário. A referência «anti-imperialista» permitir-lhe-á, para além disso, aproximar-se e utilizar, quando necessário, a corrente nacionalista atrás referida.

Esta pequena digressão pela tradução económica dos projectos políticos que se manifestam no decorrer do processo de democratização parece-nos essencial para apreender as formas peculiares que a democratização produz nesse plano. A tendência à liberalização e à abertura acaba por se conjugar com a tendência à estatização e ao protecçãoismo; e a hegemonia relativa da primeira após 1977 não significa a regressão e o desaparecimento da segunda. Mas os efeitos «perversos» deste equilíbrio serão numerosos.

Com efeito, no imediato pós-25 de Abril observar-se-ão os dois movimentos simultânea e paralelamente, isto é, a dinâmica da liberdade económica e da abertura e a da estatização crescente da economia. A hegemonia relativa da convergência das correntes b) e c), por um lado, bloqueia, assim, a procura de um imediato pedido de adesão à CEE e, por outro, permite desenvolver a vocação intervencionista do salazarismo até às suas últimas consequências, graças à estatização de sectores determinantes da economia, e nomeadamente do essencial do aparelho industrial instalado durante a segunda fase da industrialização portuguesa. Mas esta extensão da esfera do público não elimina a dinâmica da liberalização, ou, melhor, da desregulação da economia portuguesa. Num certo sentido, até a estimula, permitindo o aparecimento de formas «selvagens» de actividade económica. Com efeito, a estatização elimina os pólos mediadores que constituíam os grupos económicos, acentuando a concentração sem lógica estratégica na esfera estatal e a pulverização sem dimensão estratégica na esfera privada.

Num quadro democrático, em que os limites da acção voluntária do Estado são bastante estreitos, a enorme extensão que a esfera estatal assume após 1975 conduz ao efeito exactamente oposto àquele que era suposto produzir esta extensão: a acção voluntarista e a eficácia da inter-

venção do Estado no desenvolvimento económico. Em vez de um Estado vertical, capaz de orientar e dirigir os acontecimentos nos domínios estrategicamente vitais para o desenvolvimento e a segurança nacionais, caiu-se na situação exactamente oposta de um Estado horizontal, incapaz de qualquer orientação estratégica e gerindo mal o domínio demasiado extenso em que se instalou.

Apesar de a opção europeia se tornar hegemónica após 1977, esta situação e o equilíbrio instável daí resultante não se alteraram no essencial desde então. No nosso entender, ela explica em grande medida o bloqueio do processo de modernização, o qual pressupõe a assunção clara da liberalização e da abertura ao exterior. Se adicionarmos a este factor outros — como sejam a instabilidade institucional e governativa e a necessidade de satisfazer as legítimas expectativas sociais e regionais que integram um processo de democratização —, encontramos alguns elementos explicativos de quatro grandes tendências que se manifestaram após 1977 e que, contrariando a modernização, acabam por se reflectir negativamente na estratégia de adesão à CEE:

- A tendência aos défices permanentes e ao endividamento interno e externo para os financiar, geradores de inflação;
- A tendência à subsidiação das situações passadas e a falta de recursos para investir no futuro;
- A tendência à desregulação da economia, por incapacidade do Estado e por resistências várias dos agentes económicos;
- A tendência ao protecçãoismo externo, com recurso, para o efeito, a instrumentos primários, como sejam as sobretaxas aduaneiras e os expedientes administrativos.

A fragilidade crescente da economia portuguesa — o bloqueio da sua modernização e as frustrações sociais daí decorrentes, nomeadamente após o segundo choque petrolífero, que produz na Europa a maior recessão desde os anos 30 —, a par das grandes expectativas colocadas na adesão à CEE e em grande medida não concretizadas, tornam mais compreensível a fragilidade política da estratégia europeia.

Mas esta explicação só é satisfatória parcialmente. Importa salientar, em primeiro lugar, que o consenso interno sobre esta questão nunca deixou de ser parcial. As correntes contrárias à adesão desenvolveram desde 1977 uma campanha persistente, explicando os supostos malefícios da integração europeia e recorrendo para o efeito a argumentos menos subtis, como seja o da «Europa dos monopólios», e a outros mais sofisticados, inspirados em teorias em voga nos anos 70 e que propunham para os países do Terceiro Mundo o desenvolvimento «autocentrado», a satisfação das «necessidades básicas» ou a luta contra a «dependência externa». O que não deixa de ser surpreendente é o relativo vazio, em termos de discurso alternativo, dos sectores que se empenharam no projecto europeu e que, em conjugação com os obstáculos externos e os bloqueios internos, acabou por provocar uma diminuição da base de apoio à adesão. Apontaremos a este propósito, e como hipóteses explicativas, alguns factores secundários e um elemento determinante:

Em primeiro lugar, a «economicização» do discurso europeu em Portugal, isto é, a justificação da adesão em termos predominantemente de

vantagens económicas, as quais complementarmente reforçariam a solidez do regime democrático. A análise geopolítica, a necessidade de participação nas instituições europeias para viabilizar a acção externa, os problemas de defesa e segurança, o reforço da comunidade cultural e da defesa de valores civilizacionais comuns, todos estes aspectos foram secundarizados perante certo tipo de discussões, sobre as ajudas de pré-adesão ou o acesso dos têxteis aos mercados europeus por exemplo, só acessíveis aos iniciados no *jargon* e mecanismos comunitários. Neste terreno, a evidência inicial das vantagens económicas foi, com o tempo, dando lugar à dúvida e à incerteza, favorecendo e reforçando o discurso antieuropeu, que soube explorar habilmente os reflexos proteccionistas na Europa para persuadir a opinião pública portuguesa de que as desvantagens económicas da adesão seriam superiores aos seus benefícios;

Consequência, ou causa, desta limitação do campo do discurso, o projecto de adesão «tecnocratizou-se», reduzindo-se à acção dos técnicos estatais e dos políticos directamente envolvidos nas negociações e cuja preocupação predominante não foi, nem podia ser provavelmente, o debate e a informação pública sobre o projecto europeu. Não admira, pois, que o desconhecimento da opinião pública, em geral, e a perplexidade dos agentes económicos, em particular, tenham sido o resultado desta restrição voluntária da acção pedagógica dos principais actores do processo de adesão;

Terceiro aspecto a sublinhar, a mudança de percepção em relação à Espanha. A aposta inicial na separação dos *dossiers* e na negociação com os Espanhóis em posição favorável sucedeu a tomada de consciência da inevitabilidade da entrada simultânea e do peso crescente em Portugal do factor espanhol. O projecto europeu foi assim apreciado em alguns sectores da opinião pública em função deste novo dado. Os receios que do ponto de vista da independência nacional suscita o aparecimento de um mercado ibérico no quadro da CEE acabaram por se reflectir no julgamento positivo que esses sectores tinham produzido inicialmente sobre a integração portuguesa nas Comunidades. O fantasma do «iberismo» introduziu assim uma primeira fractura no consenso que em 1977 tinha sido possível estabelecer sobre esta questão.

Mas, mais profundamente, a erosão do consenso sobre a adesão resulta da progressiva mudança de percepção sobre o significado da mesma. Em 1977, o consenso sobre a CEE assenta essencialmente em dois vectores. O primeiro é a garantia da permanência do País no campo ocidental e a salvaguarda do regime democrático parlamentar. Após os traumas do período revolucionário, a referência ao projecto europeu era uma garantia de segurança e estabilidade susceptível de congregar uma larga maioria no País. O segundo é a crença na importância das ajudas de todo o tipo que a Europa está disposta a conceder à democracia portuguesa. Ajudas essas que facilitarão a modernização do País e minimizarão os sacrifícios daí decorrentes.

Ora, com o largo espaço de tempo que decorreu desde o início das negociações, o primeiro vector teve tendência a perder importância à medida que a memória do período de 1974-76 foi diminuindo de intensidade e que a democracia foi aceite como um dado adquirido. Quanto ao segundo

vector, o significado da adesão alterou-se também com os anos. As ajudas foram menos importantes que o previsto, mas, mais importante, a adesão veio a significar a inevitabilidade e a urgência de acompanhar as mutações de uma Europa que as está efectuando rapidamente. A adesão passou assim a traduzir-se num desafio que implica transformações e sacrifícios vários, e não uma solução de facilidade que permitiria salvaguardar múltiplas rendas de situação. Perante esta eventualidade, parece lógica uma reacção dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa. Reacção esta que se traduz numa diminuição do apoio ao projecto europeu.

Esta reacção envolve, no essencial, duas componentes: a dos empresários ligados a sectores e empresas menos rendáveis e modernos, mais articulados com o mercado interno, e nos quais reaparecem com mais intensidade os velhos reflexos proteccionistas; e a dos quadros e trabalhadores do sector público — que irão ser afectados pela maior abertura à concorrência externa e pelos limites à concessão de subvenções estatais — cujas actividades e empresas terão de sofrer transformações profundas para serem viáveis. Aqui também se manifesta um recrudescimento do discurso proteccionista. Estas reacções conservadoras, com referências ideológicas várias, convergem no entanto na defesa do que poderíamos chamar um «neo-isolacionismo».

É possível, assim, distinguir três períodos no que respeita à execução do projecto europeu: um primeiro período, entre 1977 e 1980, em que o consenso é amplo e a expectativa em relação à CEE é grande; um segundo período, entre 1980 e 1982, em que as dúvidas sobre a adesão se acentuam. O que se traduz, entre outros aspectos, no debate sobre quais são as forças sociais e políticas que melhor protagonizam o projecto europeu e que, por isso, são os melhores interlocutores com a Europa. E, finalmente, o período actual, em que a percepção da Europa é mais realista, mas no qual as desilusões, confrontadas com as expectativas, introduziram uma fractura no consenso de 1977, que se cinde entre os que apostam na Europa como o desafio da modernidade e os que, na melhor das hipóteses, a aceitam como uma fatalidade.

### 3. A CRISE EUROPEIA E SEUS REFLEXOS EM PORTUGAL

Analisámos atrás alguns dos aspectos mais significativos daquilo que designámos por crise europeia. Esta resulta, em larga medida, da conjugação de dois factos cuja interacção tem dado origem, nos últimos anos, a alguns importantes movimentos nas opiniões públicas europeias.

Em primeiro lugar, as incertezas sobre a credibilidade da protecção militar norte-americana e, nomeadamente, sobre a credibilidade da sua protecção nuclear na actual fase de paridade entre as superpotências — debates sobre os euomísseis, o Airland Battle ou o SDI; Em segundo lugar, o arrastar da crise na Europa, a lentidão nestes países do retorno ao crescimento económico.

Estes factos têm produzido efeitos múltiplos, dos quais destacamos dois pela sua importância:

A crescente dificuldade de conciliar a vontade e as soluções europeias com a defesa dos interesses nacionais. Os governos sabem, regra

geral, que é precisa «mais Europa» para a ultrapassagem da maior parte dos problemas existentes à escala nacional. Mas essas soluções implicam sacrifícios sectoriais e regionais que desencadeiam a acção de grupos de pressão tanto mais eficazes na travagem dessas soluções quanto são frágeis os equilíbrios eleitorais e políticos de cada país:

Esta tendência à divisão conjuga-se com o que poderíamos chamar a «angústia estratégica» europeia para produzir o aparecimento em cada país, e sob diferentes formas, de movimentos tipo nacionalista, cujo impacte não tem deixado de influenciar a política europeia. Os movimentos pacifistas na Europa do Norte, o unilateralismo britânico ou o fenómeno Le Pen em França são manifestações diversas desse mal-estar europeu, o qual, caso se desenvolvesse, poria em causa os dois pilares da paz na Europa do pós-guerra, a saber, a solidariedade atlântica Europa/EUA e a solidariedade europeia no quadro da CEE.

Os difusos nacionalismos europeus exercem uma força tanto mais centrífuga quanto são incapazes de propor uma alternativa credível à solidariedade atlântica e europeia. Isto na medida em que os Estados europeus não podem assegurar hoje *de per si* a sua segurança. Mesmo num plano europeu, o reforço da capacidade europeia de defesa fora do quadro atlântico defronta-se de imediato com a escassez dos recursos orçamentais. Na impossibilidade de deixar crescer o défice orçamental sem limites, sem capacidade de reduzir as despesas sociais geradas pelo Estado-providência, os Estados europeus têm uma margem de manobra limitada em matéria de defesa, e nomeadamente bastante menor do que aquela de que dispõem os EUA. Incapaz de assegurar por si só a sua segurança, a Europa ocidental torna-se vulnerável à pressão soviética no momento em que certos sectores da opinião pública põem em causa os pilares da sua estabilidade estratégica. Tendências à balcanização na Europa, movimentos neo-isolacionistas norte-americanos e pacifistas europeus, estagnação do esforço europeu de defesa, são condições conducentes a um processo de perda da capacidade de decisão autónoma da Europa e de extensão do processo de «finlandização» da mesma. As alternativas, com efeito, parecem situar-se entre duas tendências:

- A manutenção da solidariedade atlântica, com reforço do pilar europeu da aliança no plano da defesa e da solidariedade económica europeia através de avanços no processo de integração;
- A crescente balcanização da Europa, com diminuição da presença norte-americana no continente, substituída por um processo de progressiva «finlandização».

A segunda tendência traduzir-se-ia pelo retorno a certas formas de isolacionismo e acarretaria seguramente a regressão económica e social dos países que enveredassem por este caminho. Quanto à primeira tendência, ela pressupõe em cada país, a par da vontade europeia, a capacidade de acção estratégica no espaço internacional, como forma de assegurar o equilíbrio entre solidariedade internacional e defesa do interesse nacional.

Estas brevíssimas considerações sobre a situação europeia servem de introdução ao problema que nos propomos abordar a seguir, ou seja, os reflexos da crise europeia nas percepções portuguesas sobre a Europa.

Fazendo o ponto das nossas actuais relações com a Europa, é forçoso verificar a existência de duas situações aparentemente contraditórias, a primeira situando-se no plano das realidades económicas e a segunda no plano das atitudes e dos discursos.

No que respeita às realidades económicas, parece legítimo sublinhar o contínuo reforço da interpenetração da nossa economia com a dos países europeus. Se tomarmos como indicador o peso dos países da EFTA e da CEE no conjunto das exportações portuguesas, verificamos que, entre 1975 e 1980, este peso aumentou de 65,5% para 69,6%. Mas este reforço da posição europeia no nosso comércio externo foi acompanhado de alguns fenómenos positivos, só explicáveis pela conjugação de dois factores: a crescente abertura dos mercados comunitários à produção portuguesa, graças à aplicação do acordo comercial de 1972, com as alterações favoráveis que lhe foram introduzidas após 1974; e a capacidade revelada pelos sectores exportadores nacionais, mau grado as dificuldades internas e externas, de aproveitarem essa abertura para aumentar as suas vendas nesses mercados. Daqui resultou uma tendência ao reequilíbrio da nossa balança comercial com os países da Comunidade, à semelhança do que já tinha acontecido anteriormente com os países da EFTA. Assim, a taxa de cobertura exp./imp. era em 1975 da ordem dos 63% para a CEE e de 85% em 1983. Os números de 1984 confirmam esta tendência, pois indicam que o equilíbrio foi ultrapassado no ano transacto.

Se tomarmos em consideração outros indicadores, como sejam as quotas de mercado das exportações portuguesas na CEE, tudo parece confirmar o atrás referido. Desde 1977 que a quota portuguesa aumenta regularmente, estagnando no período de 1980-81, para retomar um crescimento forte depois disso. O que sucede com a CEE e, em menor escala, com a EFTA não se verifica com os outros grandes países industrializados, os EUA e o Japão, confirmando deste modo, e indirectamente, as vantagens decorrentes da liberdade de trocas. Esta ideia reforça-se ainda se soubermos que foi sobretudo nos mercados francês e alemão que estes avanços se verificaram nos últimos anos. Por outro lado, a cada vez maior diversificação das nossas exportações parece, ela também, ser uma tendência de fundo estimulada pela abertura de novos mercados na Europa.

Estas breves considerações pretendem sublinhar que o reforço da interpenetração da nossa economia com a economia europeia teve efeitos eminentemente positivos, não podendo explicar-se a crise portuguesa pelo aumento da nossa «dependência em relação à CEE», como se pretende fazer crer. Pelo contrário, o dinamismo do sector exportador teve efeitos positivos sobre o conjunto da economia. Podemos estar certos de que, na ausência do acesso em condições favoráveis aos mercados europeus, a crise portuguesa seria ainda muito mais profunda. Estes elementos positivos das nossas relações com a Europa, factores de um optimismo relativo em suma, surgiram no entanto relacionados com outros menos agradáveis, os quais, mau grado terem uma menor importância, acabaram por condicionar largamente a percepção da imprensa e da opinião pública acerca das vantagens e inconvenientes das nossas relações económicas com a Europa. Dois factos parecem ter condicionado esta percepção: os reflexos protectionistas na Europa, que, apesar de afectarem um número limitado de produtos, parecem traduzir uma atitude de «egoísmo» dos países da Europa do Norte em relação aos seus vizinhos mais desfavorecidos do Sul; e o desequilíbrio do nosso comércio com Espanha, a qual passou a ser vista como futuro parceiro inevitável no quadro duma Europa alargada.

Quanto ao primeiro aspecto, têm sido predominantemente sublinhados os obstáculos e as restrições. Isto não só porque alguns dos produtos afectados estão ligados a grupos de interesses consolidados e influentes, mas também porque têm um valor simbólico importante no imaginário nacional, como é o caso dos têxteis, por exemplo. Os números permitem contudo «nuançar» este julgamento. Assim, em 1983, se é certo que, em volume, os têxteis sujeitos a contingentes para a CEE só aumentaram 7.5%, não podemos esquecer que o conjunto dos têxteis aumentou 15% e os produtos não contingentados 25,1%. Se nos lembrarmos de que a contingência incide sobretudo sobre os produtos menos sofisticados exportados em grandes quantidades por «novos países industrializados» ou do «Terceiro Mundo», a existência de contingentes acaba por funcionar como estímulo à diversificação e maior sofisticação das exportações têxteis portuguesas. Noutros casos, estamos a pensar em certos produtos agrícolas transformados, tal já não acontecerá. Mas, globalmente, não é correcto percepcionarmos o nosso relacionamento económico com a Europa em função destes casos relativamente limitados.

No que diz respeito às relações comerciais luso-espanholas, sem minimizar a gravidade e a importância futura do conjunto destas relações, não nos parece lícita a excessiva dramatização de que tem sido objecto. Pelo contrário, a dramatização poderá ser contrária à correcta percepção dos interesses nacionais em jogo e da estratégia mais adequada para minimizar os efeitos negativos da participação simultânea dos dois países na Europa dos Doze. Os números do quadro seguinte julgamos contribuir para relativizar os receios manifestados nos últimos tempos:

#### Portugal/Espanha

	1977	1981	1983
Contribuição do défice com a Espanha para o défice de Portugal total .....	6.8%	9.3%	6.5%
Taxa de cobertura exp./imp. ....	17.4%	18.3%	44.8%
Peso da Espanha nas importações portuguesas .....	4.9%	6.6%	5 %
Peso da Espanha nas exportações portuguesas .....	2.1%	2.9%	4 %

Fonte: *Estatísticas do Comércio Externo*.

Se nos limitarmos a comparar os anos de 1977 e 1983, a evolução foi positiva aparentemente. A contribuição espanhola para o défice da nossa balança comercial foi idêntica, o peso da Espanha nas nossas importações também, enquanto a taxa de cobertura aumentou consideravelmente, paralelamente ao peso das exportações para Espanha no total das exportações portuguesas. O ano de 1981 ilustra contudo o fundamento das preocupações relativas ao futuro das relações comerciais ibéricas. Nesse ano, todos os indicadores são negativos. O exemplo de 1981 parece provar que os receios sobre o défice com a Espanha terão confirmação caso se verifiquem simultaneamente três factos:

Quadro institucional desfavorável nas relações entre os dois países, nomeadamente durante o período de transição no seio da CEE;

Falta de capacidade e de agressividade dos exportadores portugueses no mercado espanhol:

Ausência de uma estratégia adequada ao nível governamental que vise a salvaguarda dos interesses nacionais, mas capaz, simultaneamente, de ser aplicada com flexibilidade em função das transformações da situação internacional e ibérica.

Em relação a todos eles, muito depende da capacidade de organização e da vontade política nacional, pelo que só na sua ausência os receios provocados pela integração europeia teriam fundamento.

Através do problema espanhol, saímos contudo do plano das relações económicas com a Europa, cuja evolução recente parece ser globalmente favorável, aproximando-nos do plano dos discursos e das atitudes. Ai, as evoluções positivas foram esquecidas, os «egoísmos» comunitários empoados e a questão espanhola dramatizada. Tudo isto contribuindo para uma crise relativa do projecto europeu, rompendo o consenso a seu respeito e reforçando aquilo a que atrás chamámos «neo-isolacionismo». As suas componentes são várias, correspondendo a projectos estrategicamente diferenciados, mas convergindo, por um lado, num difuso sentimento antieuropeu e, por outro, na produção de um imaginário nacionalista fundamentalmente receoso da abertura e competição externa.

Este neo-isolacionismo integra assim um fundo comum, mas as suas componentes divergem sensivelmente quando se trata da definição de projectos estratégicos alternativos ao actual projecto europeu. Com o risco de sermos demasiado simplificadores, dividimos o neo-isolacionismo em três grandes correntes. Duas delas nunca participaram do consenso sobre o projecto europeu. A terceira integrou-o, mas hoje, perante as dúvidas e incertezas do mesmo, procura alternativas fora deste quadro. Contra o projecto europeu, ou, pelo menos, opondo-se a ele em numerosos aspectos, encontramos o nacionalismo de «esquerda», o movimento comunista e um projecto atlântico que põe o acento tónico na solidariedade com a potência marítima, privilegiando também as solidariedades tropicais no Atlântico Sul.

Quanto aos dois primeiros, mais atrás já avançámos alguns elementos para a sua caracterização. Completando essa análise, a sua tradução em termos de política externa alternativa consistiria, no essencial, numa ruptura com o actual quadro de solidariedade ocidental em que se integra o País. O projecto comunista acentuando a vertente Este/Oeste e o nacionalismo de «esquerda» o conflito Norte/Sul.

Na prática, o projecto comunista insere-se no quadro geral da política soviética na Europa e em África. Em relação à primeira, trata-se de a «balcanizar», acentuando as suas divisões internas, e de a neutralizar, pela quebra da solidariedade atlântica. Quanto ao segundo espaço, pretende-se o aumento da presença política e militar soviética em África, utilizando depois essa presença para pressionar as antigas potências coloniais europeias, com o objectivo, entre outros, de estas pagarem o essencial dos custos decorrentes da instalação de regimes de tipo soviético, economicamente ineficazes e politicamente geradores de instabilidade e conflitos militares. Neste quadro, os partidos comunistas ocidentais são extremamente úteis, não só como grupo interno de pressão, mas também como espaço político onde pode ser recuperada a memória histórica das antigas potências coloniais, ao serviço agora da potência continental hegemónica. Em Portugal, logicamente, o Partido Comunista é contra a adesão de Portu-

gal à CEE, defensor de soluções proteccionistas e para-autárquicas em relação ao Ocidente e do incremento das relações políticas e económicas com o bloco soviético e as antigas colónias portuguesas. Perante as realidades, o PC aceita contudo a presença portuguesa na NATO e um acordo comercial com a CEE, procurando interpretá-los e influenciá-los de acordo com os seus interesses e alterando na medida do possível o seu significado político e estratégico. Para o efeito, o PC produz um discurso com uma constante referência à «independência nacional», procurando recuperar certos símbolos do imaginário nacionalista e explorando hoje também os receios ibéricos.

O projecto comunista assenta em referências fáceis de identificar e, para lá da cortina de fumo ideológica, o essencial dos seus objectivos pode ser definido através da análise comparativa com a acção do movimento comunista noutros países da Europa ocidental. Já os restantes projectos atrás referidos se inserem em realidades mais especificamente nacionais, integrando-se genericamente no que designámos por movimento nacionalista.

O nacionalismo de «esquerda» é, no entanto, um fenómeno recente e, a par duma certa continuidade, introduz também novas leituras e propostas no que historicamente foi o nacionalismo português.

Repetindo o que escrevemos na primeira parte deste trabalho, o movimento nacionalista parte duma percepção de inferioridade, propondo, por um lado, a recuperação do atraso pela industrialização e, por outro, a afirmação nacional pela colonização. Receoso e desconfiado num mundo incerto e em mutação rápida, mantém a relação privilegiada com a Inglaterra, sem nunca confiar totalmente nas intenções desta ou das outras grandes potências. Este o quadro de partida.

Durante o salazarismo assistiremos à aplicação de medidas que eram instrumentais destes objectivos. A estabilização da vida política num quadro autoritário; a corporativização da vida económica e social, que eliminaria os conflitos de classe e criaria assim condições propícias à industrialização promovida pelo Estado; o lançamento dos embriões do Estado-providência, aplicação da doutrina social da Igreja, solução tanto mais interessante quanto os fundos drenados por essa via serviram para financiar o esforço de investimento. No quadro dum regime onde coexistem várias tendências encontramos assim uma corrente industrialista, a par do que poderíamos chamar corporativismo «social», e que, no pós-guerra, acabarão por confluir na produção duma ideologia desenvolvimentista cujo instrumento de acção preferencial será o plano. No interior do salazarismo, a ideologia do desenvolvimento e do plano enraizar-se-á assim profundamente na realidade nacional, tendo dado origem a diversas instituições cujo objectivo expresso era a promoção do desenvolvimento económico e social. Destas instituições partirão, desde o final dos anos 50 e durante os anos 60, críticas à eficácia económica do regime, às injustiças sociais que produz e ao dinamismo e modernidade dos empresários nacionais.

Nesta corrente crítica, suporte no início da década de 60 da abertura à Europa e da liberalização limitada da economia, ir-se-ão contudo enxertar, ao longo da década, elementos de radicalidade que produzem uma análise progressivamente desfocada da realidade nacional. A abertura ao exterior e a adesão à EFTA provocam a inserção crescente da economia portuguesa na economia europeia e induzem um crescimento económico rápido, com todas as mutações económicas, sociais e culturais que o acompanham. Mas, simultaneamente, a abertura facilitou e estimulou as comparações com

os países mais desenvolvidos. O que provoca que, no exacto momento em que a economia e a sociedade portuguesa se aproximam dos padrões europeus, se generalize a convicção sobre o atraso do País, cuja situação real passa a ser percebida em termos de subdesenvolvimento. A extensão do conceito de subdesenvolvimento à realidade portuguesa introduzirá assim um elemento intelectualmente novo e dotado de uma dinâmica própria no domínio ideológico.

Com efeito, no Ocidente, a reflexão sobre os problemas do desenvolvimento conhece mutações importantes neste período e todas elas apontando no sentido de soluções mais radicais: reduzir ou limitar a inserção na economia capitalista mundial; maior intervenção do Estado na promoção da industrialização, nomeadamente pela criação de empresas estatais; reivindicação duma nova ordem económica internacional. Os novos países independentes fornecem aliás um vasto campo para a experimentação destas soluções, que mais de perto ou de longe se inspiram no modelo soviético de industrialização forçada nos anos 30. De resto, à semelhança desta experiência, os seus primeiros sucessos iniciais escondem a sua posterior tendência à blocagem. Mas esses primeiros sucessos parecem justificar a eficácia económica dessas soluções, as quais, nesta óptica, legitimam as limitações às liberdades nos Estados autoritários que as aplicam.

Em Portugal, percebido agora como país do Terceiro Mundo, parece assim justificar-se a aplicação das receitas que supostamente permitem queimar as etapas do desenvolvimento. O anti-imperialismo difuso e histórico que existia no País pode converter-se facilmente em discurso terceiro-mundista, com um corpo teórico e um conjunto de propostas práticas susceptíveis de mecanicamente serem aplicadas à realidade nacional.

O fenómeno é tanto mais susceptível de se enraizar e estender quanto neste período encontramos no País aquilo que poderíamos designar por um nacionalismo «ferido». Não nos referimos aqui à percepção do atraso induzido pelas comparações internacionais. Referimo-nos, sim, à crise da relação protector/protegido resultante da ineficácia da protecção inglesa e da impossibilidade de transferir para os EUA o conjunto de garantias assegurado pela Aliança Britânica. Encontramos hoje na Grécia um excelente exemplo duma situação semelhante.

A percepção do abandono por parte dos aliados preferenciais cria assim condições favoráveis ao reforço e extensão do «anti-imperialismo». Junto dos quadros militares em especial, particularmente envolvidos nas acções de defesa do Império e que se sentem «traídos» pelo Ocidente.

Na confluência do nacionalismo «ferido», das ideologias do desenvolvimento e do plano, da percepção, em termos de Terceiro Mundo, da realidade nacional e da crítica às desigualdades sociais desenvolvida pelo corporativismo «social» encontramos o fenómeno político que designamos nacionalismo de «esquerda». A análise da sua acção no plano económico no pós-25 de Abril já foi feita mais atrás. No plano da acção externa, o nacionalismo de «esquerda» tem um projecto que integra os elementos seguintes:

- Tendência ao neutralismo, pela redução do conflito Leste/Oeste ao confronto de duas superpotências de natureza equivalente;
- Recusa da participação no processo de integração europeia, pelo menos enquanto este se processar no quadro da solidariedade atlântica. Os acordos de Portugal com a Europa devem assim limitar-se à salvaguarda dos interesses económicos e do acesso aos mercados;

- Análise predominantemente em termos de conflito Norte/Sul, acentuando o papel charneira do País neste contexto, em especial no que respeita às ex-colónias portuguesas;
- No que concerne a estas últimas, defesa sem condições do incremento das relações e da ajuda a estes países, no qual transparece a nostalgia e o desejo dum «regresso a África». Neste contexto, surge a sugestão de que a África pode ser economicamente uma alternativa à Europa;
- Procura de alianças externas alternativas que viabilizem, interna e externamente, a manutenção do País fora das instituições europeias e ocidentais.

Ao contrário do movimento comunista, cujo projecto tem consistência geestratégica, o nacionalismo de «esquerda» não dispõe de tal consistência, o que explica as tentativas de a encontrar em espaços políticos e culturais diversificados. Entre outros, têm-se visualizado a ruptura entre a Europa do Norte e do Sul, na sequência do acesso dos partidos socialistas ao poder na Espanha, França, Grécia...; as alianças triangulares com os países árabes «progressistas» e as ex-colónias portuguesas; e o reforço das relações com o bloco de Leste, como forma de contrabalançar o peso do Ocidente. Todos estes cenários e projectos se não concretizaram, ou então não são alternativas reais ao projecto europeu e, como tal, são percebidos pela maioria da opinião pública. Apesar destes fracassos, esta tendência neo-isolacionista de cariz terceiro-mundista tem raízes suficientemente profundas na realidade nacional para continuar a ser durante vários anos um factor a ter em conta na situação política e na acção externa portuguesa, nomeadamente pela convergência que manifesta com certas análises e propostas do movimento comunista. O sucesso do projecto europeu pode, no entanto, reduzir significativamente o seu espaço de manobra.

Noutro quadrante, o neo-isolacionismo que transparece do projecto atlântico parece resultar da convergência de cinco factores:

- Dramatização dos efeitos negativos da participação simultânea de Portugal e Espanha nas Comunidades Europeias e do aumento da «continentalidade» do País;
- Percepção negativa da situação europeia actual e receio acerca do impacte sobre a economia portuguesa da adesão às Comunidades;
- Apreensão acerca da concorrência exercida pelos países europeus mais vocacionados para a cooperação e a ajuda ao desenvolvimento nos países de língua portuguesa;
- Sobrestimação da importância internacional das relações de Portugal com os países lusófonos;
- Sobrestimação do valor estratégico das posições portuguesas no Atlântico e da capacidade de, por esse facto, Portugal poder ser o parceiro privilegiado na Península dos EUA.

Esta análise encontra hoje certa expressão na opinião pública. A sua permanência na cena nacional está contudo dependente de certos factores, e nomeadamente do impacte interno do sucesso das negociações com a Comunidade, da percepção relativa ao conteúdo mais ou menos favorável do tratado de adesão e também dos resultados práticos desta. Nestas

condições, podemos estar tão-somente perante um fenómeno conjuntural decorrente das desilusões com o projecto europeu, ou, pelo contrário, pode tratar-se de um movimento mais profundo que rompe definitivamente com este projecto, procurando alternativas para o mesmo. As teses centrais defendidas por esta corrente chamam, no entanto, algumas observações suplementares, em particular no que se refere à aliança americana.

Neste particular, esta corrente parece perceber a realidade a partir de dois elementos. A análise relativa às tensões euro-atlânticas põe o acento tónico na oposição norte-americana ao reforço da unidade económica e estratégica dos países europeus. Ora, se é certo que os EUA se opõem a certos aspectos do processo de integração quando estes afectam os seus interesses comerciais directos, também é certo que os Estados Unidos veriam com muito maior preocupação um processo de desintegração das solidariedades na Europa ocidental. Os projectos europeus de reforço da cooperação intereuropeia no domínio da defesa e do armamento não podem ser vistos como uma alternativa à Aliança Atlântica, mas tão-somente como o reforço do pilar europeu desta. Se tal acontecesse, as vantagens para os EUA seriam importantes: libertação de forças e recursos para outros cenários; aumento do esforço europeu de defesa; redução do número de interlocutores e maior eficácia do diálogo transatlântico. Nestas circunstâncias, apostar a prazo na oposição americana aos projectos europeus parece ser altamente aleatório.

Quanto à política norte-americana para a Península, os princípios que a norteiam são distintos daqueles que sempre inspiraram a política britânica. Para esta, Portugal era o aliado natural e a Espanha uma potência rival. O problema de Gibraltar e do controlo do acesso ao Mediterrâneo cristalizou aliás esta situação. No caso dos EUA nada disto acontece. A política destes na Península será pautada, na melhor das hipóteses, pelo equilíbrio e a tendência será sempre privilegiar a potência regionalmente mais forte, ou seja, a Espanha. No quadro da política europeia, as tensões doutros países europeus com a Espanha podem propiciar aproximações que aumentem a nossa margem de negociação com os Espanhóis. No domínio das relações bilaterais dos Estados Unidos com os dois países ibéricos, a margem de manobra para Portugal parece ser muito mais limitada. Tanto mais que, mesmo que tal nos seja desfavorável a prazo, os limitados recursos disponíveis não permitem viabilizar uma política de defesa suficientemente ambiciosa para podermos capitalizar plenamente na cena internacional o valor estratégico das nossas posições atlânticas.

Quanto às restantes teses desta corrente, algumas delas têm certamente fundamento. São riscos reais. Só que a sua solução não passa por qualquer forma de neo-isolacionismo antieuropeu. As mutações e o esforço exigidos pela adesão à CEE são, de qualquer modo, os que no mundo actual teriam de ser feitos para viabilizar o País no futuro. As próprias relações com os países do Atlântico Sul não são uma alternativa ao projecto europeu. Para não falarmos na modéstia das nossas trocas com esses espaços, as condições de instabilidade na África Austral, cujo término é problemático, e a crise que atravessará o Brasil nos próximos anos não são de molde a constituí-los em alternativas credíveis. Pelo contrário, é a nossa dimensão europeia que pode contribuir para que a acção portuguesa a favor da paz e do desenvolvimento nessas regiões seja eficaz e que, em contrapartida, esses países vejam em Portugal uma nação com a qual é importante o reforço das suas relações.